

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO e CULTURA

REQUERIMENTO N.º DE 2007 (Do Senhor Paulo Rubem Santiago)

Requer a criação da Subcomissão Especial para tratar do financiamento público da educação.

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 29, inciso I do Regimento Interno, venho requerer a esta Comissão a constituição da Subcomissão Especial para tratar do financiamento público da educação.

JUSTIFICAÇÃO

O financiamento da educação pública é instrumento fundamental para a redução das desigualdades sociais no Brasil.

Existe uma forte vinculação entre o financiamento público da educação e a situação socioeconômica do país, na medida em que as principais fontes de recursos para a educação provêm da arrecadação de impostos, que é afetada pelo desempenho da economia.

Um importante aspecto da política econômica adotada por sucessivos governos foi a contenção de gastos para possibilitar o equilíbrio das contas públicas e viabilizar o pagamento das dívidas externa e interna. Atualmente, o gasto público brasileiro com educação considerando as três esferas de governo é inferior a 5% do Produto Interno Bruto (PIB), ou cerca de R\$ 53,1 bilhões, em valores nominais de 2000. Os governos estaduais são responsáveis por 46% do total do gasto com educação (2,3% do PIB), seguidos pelos municípios, com 29,5% (1,4% PIB) e a União, com 24,4% (1,2% do PIB).

Vale lembrar que a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) recomenda, aos países em desenvolvimento, um gasto mínimo de 10% do PIB com Educação. Um dispositivo aprovado pelo Congresso Nacional no Plano Nacional de Educação e vetado no governo Fernando Henrique Cardoso, foi a destinação de ao menos 7% do PIB para a Educação.

Sala dos Comissões, de de 2007

**Deputado Paulo Rubem Santiago
PT /PE**